

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.796 - RS  
(2019/0220845-0)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : CINTIA ROBERTA KOSTE - RS055594**  
**ROBERTO CAPRA DE MORAES - RS062756**  
**AGRAVADO : ZILDA OLINDA SGARBI**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTONIO FACCIO - SC009408**  
**ADVOGADA : GRAZIELA KÁTIA BRIDI FACCIO - SC011350**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. PROCESSUAL CIVIL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DE VALORES. FATO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. CRÉDITO CONCURSAL. NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO NOS AUTOS DO JUÍZO UNIVERSAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Agravo interno contra decisão da Presidência que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão de intempestividade do apelo nobre. Reconsideração.
2. Conforme entendimento jurisprudencial consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, quando o crédito perseguido advém de fato preexistente à data de deferimento do pedido de recuperação judicial, como é o caso dos autos, deve ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei 11.101/2005.
3. Agravo interno provido para conhecer do agravo e dar provimento ao recurso especial.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para conhecer do agravo e dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator